

# Uma experiência de educação profissional no Centro Socioeducativo de Internação: possibilidades e desafios

Lucilene Sousa Melo<sup>1</sup> e Silvia Maria Melo Gonçalves<sup>2</sup>

1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá. E-mail: lucilene.melo@ifap.edu.br

2 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: gsilviamm@gmail.com

**RESUMO:** O presente artigo faz parte de uma dissertação de mestrado que está sendo desenvolvida na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e apresenta a primeira experiência de Educação Profissional realizado pelo Instituto Federal do Amapá (IFAP) com adolescentes que cumprem medida socioeducativa no Centro Socioeducativo de Internação (CESEIN) em Macapá. Participaram da pesquisa 23 adolescentes que estavam matriculados no curso de Formação Inicial e Continuada Horticultor Orgânico. Os dados foram coletados através de entrevistas e questionários. Os resultados demonstraram que apesar dos desafios e dificuldades encontradas na dinâmica do cotidiano do Centro Socioeducativo como: fugas, desinteresse, falta de motivação e entre outros, e ainda por essa população encontra-se em plena intensidade emocional e transformações biológicas, e incluindo a privação de liberdade é possível sim, realizar atividades voltadas para a formação profissional. As ações educativas desenvolvidas pelo IFAP no âmbito da medida socioeducativa de internação preveem a garantia ao direito à educação profissional através de um espaço que sirva de transformação social, no qual adolescentes que vivem à margem da sociedade, com baixa escolaridade, usuários de drogas e com reiterações nos delitos possam construir novas significações sociais através da intervenção escolar.

**Palavras-chave:** Adolescente privado de liberdade; educação profissional; internação; transformação social.

**ABSTRACT:** This article is part of a dissertation that is being developed at the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ) and presents the first experience of Vocational Education conducted by the Federal Institute of Amapa - IFAP with teenagers who meet educational measures in Socio Center Inpatient ( CESEIN ) in Macapa . In this study, 23 adolescents enrolled in the course Initial Training and Continuing Organic Grower. Data were collected through interviews and questionnaires. The results showed that despite the challenges and difficulties presents in the dynamics of daily Socio Center as leakage, lack of interest , lack of motivation and among others , and on this population is in full emotional intensity and biological transformations , including deprivation and of freedom is indeed possible , conduct activities for vocational training . Educational activities developed by IFAP within the socio measure of hospitalization predict the guarantee

**PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**

<http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>

ISSN 1984-4352

Macapá, v.7 n. 1, p. 117-130, jan.-jun. 2014

of the right to vocational education through a space that serves as a social transformation, in which adolescents living on the margins of society, with low education, drug users and reiterations in crimes can build new social meanings through school intervention.

**Keywords:** Adolescent deprived of freedom, professional education, hospitalization, social transformation.

## 1 Introdução

Este artigo se propõe apresentar a primeira experiência de educação profissional com adolescentes autores de atos infracionais que cumprem medida socioeducativa de internação no curso Horticultor Orgânico executado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino e Emprego (PRONATEC) no Centro Socioeducativo de Internação (CESEIN).

O curso aconteceu no período de outubro de 2013 a janeiro de 2014 e foram matriculados 23 adolescentes, contudo, a dinâmica da medida socioeducativa de internação demonstra um cenário muito diferente daquele convencional para desenvolver as atividades pedagógicas, pois, no decorrer do curso, 08 adolescentes empreenderam fuga do Centro, 05 foram liberados pela Vara da Infância e Juventude da medida socioeducativa, 07 desistiram por motivos diversos (insegurança, desmotivação, dificuldade de aprendizagem, entre outros) e apenas 03 conseguiram concluir o curso.

O CESEIN foi inaugurado pela Fundação da Criança e do Adolescente (FCRIA) em 2005, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), sendo uma exigência estatutária para executar a Medida Socioeducativa de Internação sob responsabilidade da referida fundação. O CESEIN é uma unidade com capacidade para atendimento de 50 adolescentes do sexo masculino, na faixa etária de 12 a 18 anos e, excepcionalmente, aos 21 anos, sentenciados pela Justiça do Amapá.

Enquanto cumprem essa medida, os adolescentes têm direito a usufruir do ensino formal. Este direito à educação está assegurado como Direito Fundamental no art. 6º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e no art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990). Segundo Oliveira (2010), os adolescentes que cumprem essa medida socioeducativa apresentam o seguinte perfil: estão fora da idade escolar, possuem renda familiar baixa e sofrem de conflitos familiares e violência doméstica.

Assim, o presente artigo traz um breve histórico da Educação Profissional no Brasil, informações sobre a medida socioeducativa de internação e quem é o adolescente em conflito com a lei. E, ainda apresenta a prática educacional desenvolvida através do curso Horticultor Orgânico no CESEIN em parceria com o IFAP.

## 2 A educação profissional no Brasil

A formação do trabalhador brasileiro foi marcada pela servidão, pois a herança

escravocrata no Brasil deixou a ideia de que qualquer trabalho que exigisse esforço físico e manual não era visto como trabalho digno. De acordo com Gomes (2006), esta herança teve influência preconceituosa nas relações sociais e a maneira como a sociedade percebia a educação e a formação profissional. O Quadro 1, a seguir, apresenta a Educação Profissional no Brasil e suas características:

**Quadro 1** Educação Profissional no Brasil

<b>Período</b>	<b>Características</b>
<b>Brasil Colônia (1530 a 1815)</b>	Associação entre a prática da assistência com o aprendizado do trabalho.
<b>Brasil Império (1822 a 1888)</b>	Caráter assistencialista da educação profissional.
<b>República Velha (1889 a 1929)</b>	Preparar operários para o exercício profissional.
<b>República Nova (1930 a 1936)</b>	Formação de mão-de-obra especializada.
<b>Estado Novo (1937 a 1945)</b>	Educação dualista: educação profissional e propedêutica.
<b>Período Militar (1964 a 1985)</b>	Formação de mão-de-obra articulada: formação geral e profissional.
<b>LDBEN 9.394/96</b>	Compreensão global do processo produtivo, apreensão do saber tecnológico, valorização da cultura do trabalho.

**Fonte:** Dados da pesquisa

Pode-se considerar que a educação profissional no Brasil, desde sua origem, estava voltada às pessoas mais pobres da sociedade e sempre esteve associada à formação de mão-de-obra. Assim, de acordo com Manfredi (2002), o trabalho escravo, por fazer parte da realidade brasileira por mais de três séculos, favoreceu a cristalização da ideia de que todo trabalho de cunho manual praticado por negros era tido como “trabalho desqualificado” ou contaminado; nesse sentido, Garcia (2001) também afirma que a formação do trabalhador ficou marcada, já no início, com o estigma da servidão, por terem sido os índios e os escravos os primeiros aprendizes de ofício.

Atualmente, a educação profissional não representa mais um simples instrumento de política assistencialista para atender, de acordo com Manfredi (2002), em sua maioria, órfãos, abandonados e desvalidos e nem se resume à simples preparação para executar um determinado conjunto de trabalhos manuais. Diferente do passado, depois da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal 9.394/96 (BRASIL, 1996), o novo paradigma da educação profissional passou a ter um significado muito maior: o domínio operacional de um determinado fazer, acompanhado da compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões (BRASIL, 1999).

A primeira década do século XXI foi marcada pela profunda reformulação da Rede Federal de Educação Técnica. Além da implantação de novas unidades de ensino, a

Lei 11.892/08, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnologia (BRASIL, 2008), criou também os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), sendo que muitos deles são os resultados da mescla de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) pré-existentes, que juntas passam a integrar uma autarquia com *status* de Universidade, com exceção dos CEFETs de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

A partir da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foi criado o Instituto Federal, de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), que se estruturou com a transformação da antiga Escola Técnica Federal do Amapá (ETFAP), instituída pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007 (BRASIL, 2007). É uma instituição de ensino superior de natureza jurídica autárquica, tem sua autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparada às Universidades Federais e está vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

O IFAP teve suas atividades iniciadas no dia 8 de setembro de 2010, e oferta curso nas modalidades de educação profissional técnica de nível médio - Cursos Integrados e Subsequentes - e Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA); Cursos de Educação à Distância; Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC); Educação Superior: cursos superiores de tecnologia, cursos de licenciatura, cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização.

Em abril de 2011, foi lançado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), pelo Ministério da Educação, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica à população brasileira. Instituído a partir da Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011, o PRONATEC, de acordo com o art. 2º § 3º, dentre os seus beneficiários atenderá prioritariamente adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (BRASIL, 2011).

De acordo com a Lei nº 12.513/2011 (BRASIL, 2011), dentre as ações previstas no PRONATEC está à oferta da bolsa-formação estudante que se destina aos jovens regularmente matriculados em instituições públicas de ensino médio, inclusive da educação de jovens e adultos, e a bolsa-formação trabalhador destinada ao trabalhador e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda.

O IFAP iniciou efetivamente, em novembro de 2013, com o atendimento aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação através do curso Horticultor Orgânico, com previsão de atendimento de 23 adolescentes no CESEIN e na medida de meio aberto atendendo as medidas socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida com os cursos Almojarife de Obras e Promotor de Vendas com atendimento de 60 alunos.

Conforme o art. 1º, parágrafo 2º, da LDB (BRASIL, 1996), o qual determina que a educação escolar deverá se vincular ao mundo do trabalho e à prática social, observa-se a importância da educação profissional na vida desses adolescentes, como proposta de inserção escolar e social na comunidade da qual fazem parte, de tal modo, que a escola tem que se integrar à nova realidade, sendo capaz de se adequar às novas

exigências sociais e profissionais e formar pessoas para o exercício consciente da cidadania.

### **3 O adolescente em conflito com a lei e a medida socioeducativa de internação**

O ECA (BRASIL, 1990) trouxe mudanças fundamentais na legislação nacional referente à infância e adolescência, aderindo à Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989), ratificada pelo Decreto nº 99.710 (BRASIL, 1990), e à Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), adota a doutrina da proteção integral. Assim, o adolescente deixa de ser apenas um mero objeto de intervenção do estado e passa a ser visto, sem distinção de qualquer natureza, como sujeito de direitos.

A doutrina da proteção integral contempla, ainda, as Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça de Menores (ONU, 1985), as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (ONU, 1980) e as Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (ONU, 1990). O Brasil é um dos países signatários dessas legislações internacionais, sendo assim, elas têm força de Lei interna no país.

O ECA responsabiliza a família, a sociedade e o estado para garantir às crianças e adolescentes, com absoluta prioridade, todas as oportunidades e facilidades, visando o seu desenvolvimento integral em condições de liberdade e de dignidade. O adolescente em conflito com a lei também está amparado por essas legislações internacionais e nacionais.

Para o ECA, conforme o art. 2.º, considera adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idade e o art. 103 define ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. O artigo 228 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) estabelece que a pessoa até 18 anos de idade é considerada inimputável e, assim, não está sujeita aos preceitos do Código Penal, mas sim às normas da legislação especial. De acordo com Liberati (1991), o critério utilizado para fazer essa diferenciação se baseou unicamente na faixa etária, não sendo considerada a questão psicológica e social. Observa-se, deste modo, que mesmo estando excluído da esfera penal, o adolescente que cometeu ato infracional é responsabilizado, podendo cumprir medidas denominadas socioeducativas (BRASIL, 1990).

Conforme o Capítulo IV, art. 112, do ECA, as medidas socioeducativas aplicadas ao adolescente autor de ato infracional, considerado inimputável, são as seguintes: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional ou qualquer uma das previstas no art. 101, I a IV. É importante destacar que para a aplicação dos dispositivos supracitados, é necessário atender o §1º do artigo 112 que determina que seja observada a capacidade do adolescente para cumprir a medida, as circunstâncias e a gravidade da infração (BRASIL, 1990).

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), apesar de organizado desde 2006, somente foi instituído com a Lei nº 12.594/2012 que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que praticam ato in-



fracional. O Eixo Educação, do referido documento, versa em um dos seus itens, sobre a garantia de acesso a todos os níveis de educação formal aos adolescentes que cumpram medida socioeducativa pela entidade que executa a internação (BRASIL, 2012).

A partir da implantação do ECA e do SINASE (2006) ampliou-se a responsabilidade do Estado e da sociedade com respostas eficazes e capazes em assegurar aos adolescentes, particularmente os que cometeram atos infracionais, oportunidades de superação de sua condição de exclusão, bem como de acesso à formação de valores positivos para uma convivência social. Além da ação punitiva, a ação pedagógica e educativa norteia o ECA, já que objetiva estabelecer um novo padrão de comportamento e conduta ao infrator.

Nessa perspectiva, de garantir o acesso à educação formal, a escola deve ser espaço não apenas de discussão e diálogo, mas também de aprendizagem com relação à convivência, à partilha e ao cumprimento de regras, colaborando na conquista de uma cidadania ativa (BENEVIDES, 1991) que pode contribuir positivamente na vida desses jovens, possibilitando um caminho de luta por seus direitos, participação democrática enquanto cidadão e a autoconstrução de um projeto de vida que visa o bem-estar pessoal e coletivo, libertando-os da cidadania tutelada e assistida (DEMO, 1995).

#### **4 A educação profissional através do curso horticultor orgânico no Centro Socioeducativo de Internação**

O Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Horticultor Orgânico tem como objetivo geral a formação de profissionais capazes de atuarem na cadeia produtiva da horticultura, estimulando o desenvolvimento da economia regional; bem como proporcionar o desenvolvimento de um conjunto de habilidades em relação ao cultivo hortícola.

No âmbito do estado Amapá, a oferta do Curso FIC em Horticultor Orgânico, na modalidade presencial, aparece como uma opção para atualização e formação de profissionais qualificados, favorecendo a inserção no mundo do trabalho e atuação em instituições públicas e privadas.

Nessa perspectiva, o IFAP oferece o referido curso, na modalidade presencial, no Centro Socioeducativo de Internação (CESEIN), por entender que estará contribuindo para a elevação da qualificação profissional, bem como colaborando com a formação humana e profissional dos adolescentes atendidos.

##### **4.1 MATERIAL E MÉTODO**

Este trabalho constitui-se em uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Segundo Godoy (1995), esse tipo de pesquisa visa ao exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação em particular.

Dessa forma, conforme Minayo (2008) o método qualitativo responde a questões muito particulares e a preocupação reside em um nível de realidade que não pode ser quantificado.

Assim, no sentido de investigar a primeira experiência em Educação Profissional realizada pelo IFAP, com os adolescentes em conflito com a lei, no curso Horticultor Orgânico, utilizamos, além da pesquisa bibliográfica, diferentes técnicas de coleta de dados, como questionários e entrevistas semiestruturadas, aos quais associamos a fundamentação teórica que embasou nosso estudo.

## 4.2 LOCAL DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada no Centro Socioeducativo de Internação, localizado na Av. Jovino Dinoá s/n, no Bairro do Beírol na cidade de Macapá, no período de setembro de 2013 a janeiro de 2014. O referido centro atende adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos, e excepcionalmente até 21 anos, de sexo masculino, sob medida socioeducativa de internação, garantindo ao jovem escolarização, profissionalização, acompanhamento, auxílio e orientação jurídico-psicosociopedagógica individual ou em grupo, buscando a sua reintegração na comunidade, com a participação da família e fortalecendo os vínculos familiares.

## 4.3 PARTICIPANTES

23 alunos matriculados no curso de Horticultor Orgânico do CESEIN, do sexo masculino, com faixa etária entre 17 e 21 anos, que estavam cumprindo medida socioeducativa de internação no período de realização desta pesquisa, cursando as 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapas da Educação de Jovens e Adultos na Escola Elcy Rodrigues Lacerda.

## 4.4 INSTRUMENTOS

**4.4.1 Entrevista semiestruturada:** composta por 17 questões divididas em 4 (quatro) blocos: bloco 1 (identificação do adolescente); bloco 2 (questões 1 a 7) referente aos aspectos pessoais e socioeconômicos; bloco 3 (questões 8 a 13) sobre formação escolar e bloco 4 (questões 14 até 17) acerca das expectativas em relação ao curso. Com relação à entrevista, foi utilizada a do tipo semiestruturada com o objetivo de combinar perguntas abertas e fechadas, possibilitando ao entrevistador discorrer sobre a temática proposta, sem respostas ou condições prefixadas.

**4.4.2 Questionário para os socioeducandos:** formado por 14 questões relacionadas à avaliação da formação profissional recebida pelos adolescentes, sendo que 13 foram questões fechadas e apenas uma arguição. A utilização desse tipo de abordagem visou coletar dados com agilidade e precisão diante da possível dificuldade de acesso aos sujeitos desta pesquisa. Esse questionário foi respondido apenas pelos 03 alunos concluintes do curso

## 4.5 PROCEDIMENTOS

As entrevistas foram realizadas em etapas. No início do curso, foram realizadas as perguntas do bloco 1 e do bloco 2, com os 23 alunos matriculados. As perguntas dos blocos 3 e 4 foram realizadas no decorrer das primeiras semanas do curso; porém com relação às perguntas do bloco 4, foram analisadas apenas as respostas dos alunos que concluíram o curso.

Com relação às entrevistas com os adolescentes, foram realizadas individualmente no segundo semestre de 2013, com a autorização dos próprios adolescentes e tratando-se de menores de idade foi também necessário à autorização dos responsáveis. Foi esclarecido a todos os participantes sobre os objetivos da pesquisa e a importância da colaboração para a execução e efetivação do trabalho. Foi solicitada autorização para a divulgação dos resultados dos trabalhos e resultados da pesquisa através da assinatura do termo de Consentimento Livre e Esclarecido, deixando-os cientes também que poderiam a qualquer momento desistir de participarem da pesquisa.

Foram tomados os devidos cuidados para que as identidades dos adolescentes não fossem expostas, assegurando que os mesmos não passassem por riscos ou constrangimentos, e que a participação fosse realizada mediante aceitação pelos sujeitos e seus responsáveis legais. Por se tratar de um estudo com adolescentes que se encontravam em cumprimento de medida socioeducativa de internação, a execução do mesmo só foi possível após a anuência da Juíza da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Macapá e da Presidente da Fundação da Criança e do Adolescente.

No final do curso, foi aplicado um questionário aos adolescentes relacionado à avaliação da formação profissional recebida.

## 5 Discussão de resultados

Os três adolescentes, que responderam a entrevista do bloco 4, relataram que as expectativas iniciais com relação ao curso eram elevadas, pois seria uma oportunidade de aprender outros conhecimentos. Quando questionados sobre quais as razões que os levaram a participar do curso os três afirmaram ser uma possibilidade de avaliação para saírem mais rápido da medida. Assim a fala transcrita dos três alunos é observada a seguir:

Adolescente 1:

**- A primeira razão é que o curso é muito importante para mim, podia sair...podia sair com três meses, me falaram.**

Adolescente 2:

**- Falaram que se fizesse o curso a gente ia sair mais rápido daqui (...).**



Adolescente 3:

**- Até ajuda a pessoa sair mais rápido daqui (...) podia sair com três meses, me falaram.**

Observou-se, inicialmente, quando expuseram suas expectativas com relação ao curso, que os adolescentes relataram como algo que viesse contribuir para a aquisição de conhecimentos, contudo, quando questionados sobre as razões da participação no curso, relacionaram, especificamente com a possibilidade de serem avaliados pela equipe técnica da unidade nos relatórios encaminhados à Vara da Infância e Juventude e não com a possibilidade de conseguir um emprego na área do curso ou dar continuidade à sua formação escolar e profissional.

Conforme o SINASE (2012), é necessário a inclusão dos adolescentes em diversas atividades socioeducativas que colaborem em sua formação escolar e social e que os ajudem a desenvolver sua cidadania e a capacidade de se relacionar bem socialmente, bem como na aquisição de autoconhecimento.

Quanto ao aproveitamento do curso, os participantes responderam classificando-o como bom, pois conseguiram adquirir conhecimentos na área da Horticultura Orgânica durante as aulas ministradas pelos professores.

Questionados sobre os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos na área da formação técnica, os três avaliaram de forma satisfatória, reforçando que os docentes foram atenciosos, utilizaram metodologia atrativa e dominaram os conteúdos desenvolvidos no decorrer das atividades. Conforme Volpi (2011), ainda que as medidas permitam aspectos de natureza coercitiva, já que são punitivas aos adolescentes autores de atos infracionais, é imprescindível que apresente também aspectos educativos na perspectiva da proteção integral para oportunizar o acesso à formação e informação.

**Figura 1:** Alunos do Curso Horticultor Orgânico em diálogo com a equipe técnica do Programa.



Fonte: Melo (2013).

Além disso, as medidas socioeducativas devem favorecer condições que garantam o acesso do adolescente às oportunidades de superação de sua condição de exclusão, bem como condições à formação de valores positivos de participação na vida em sociedade.

Em resposta ao questionamento sobre o local e infraestrutura onde ocorreu o curso, os alunos consideraram o espaço pedagógico adequado às atividades. De acordo com Vygotsky, o ser humano cresce num ambiente social e a interação com outras pessoas é essencial ao seu desenvolvimento (VYGOTSKY, 1994). Dessa forma, o local destinado às atividades pedagógicas deve apresentar um ambiente desafiador e estimulante possibilitando, assim, o máximo de condições de aprendizagem.

Quanto à participação em outros cursos profissionalizantes, os três adolescentes manifestaram interesse em realizar diferentes cursos em outras áreas. Conforme a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (2011), documento elaborado pelo Subcomitê de Trabalho Decente e Juventude, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pela Secretaria Nacional de Juventude, muito além de ofertar uma educação de qualidade e a ampliação da qualificação profissional, é imprescindível garantir aos jovens experiências práticas reais, certificação e acesso à informações, além de reduzir ou evitar acontecimentos de diversas formas de discriminação no mercado de trabalho.

Com relação à pergunta “Você é capaz de aplicar os conhecimentos do curso com outras pessoas ou em outras situações?”, observou-se claramente no relato de um dos participantes certa dificuldade em assimilar algumas informações que se referiam à parte prática do curso, como, por exemplo, o fato de ajustar a proporção de estrume com a quantidade de terra para construir uma horta.

**Figura 2:** Aluno do Curso Horticultor Orgânico em aula prática.



**Fonte:** Melo (2013).

Contudo, os demais alunos avaliaram de forma satisfatória a aplicação dos conhecimentos práticos do curso em outras realidades. Observa-se, através desses relatos, que a aprendizagem se dá de maneira diferente em cada indivíduo. Para Alicia Fernandez (2001), cada indivíduo tem uma maneira particular de aprendizagem e os caminhos próprios de construir o conhecimento.

Dessa forma, fica claro que o principal desafio do professor, principalmente daquele que desenvolve atividades com socioeducandos, é ajudá-los a adquirirem autoconfiança e a acreditarem em sua capacidade. É importante, ainda, entender que cada adolescente aprende de forma diferente e o papel fundamental do professor, nesse contexto, é detectar as dificuldades e encontrar estratégias adequadas de intervenção para saná-las.

Observa-se que, apesar das dificuldades encontradas no decorrer do curso, como as fugas, desinteresse e dificuldades de aprendizagem, esse momento foi muito importante, pois possibilitou o início de um trabalho voltado para a formação profissional desses adolescentes e garantiu, ainda, o que preconiza a Lei nº 8069/90, nos artigos nº 69 e 124, inciso XI, um dos direitos fundamentais do adolescente, o acesso à qualificação profissional.

Partindo desse princípio, buscou-se oportunizar aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação no CESEIN, uma vivência de formação profissional, onde os componentes curriculares do curso e as atividades não-formais da educação se completaram no processo educativo, favorecendo, assim, espaços de intensa interação humana e de aprendizagem entre socioeducandos, professores e demais profissionais que acompanharam o curso.

No segundo semestre de 2014, no período de agosto a outubro foi executado pelo IFAP através PRONATEC o curso de Aplicador de Revestimento Cerâmico. E ainda estão previsto mais dois Projetos “Pintando em Materiais Alternativos” e “Horticultura Orgânica como prática socioeducativa e de sensibilização da importância da segurança alimentar e nutricional para adolescentes privados de liberdade”, aprovados pelo Programa de Bolsa Acadêmica e Extensão (PBAEXT) do IFAP.

A contribuição do Curso Horticultor Orgânico, principalmente, no que diz respeito à opinião dos alunos em relação à parte didático-pedagógica, contribuiu para sinalização de quais são os problemas e dificuldades encontrados no decorrer do curso e se traduziu em instrumentos de melhoria na busca de qualidade dos cursos ofertados pelo IFAP.

Nesse contexto, o Instituto Federal do Amapá, entendendo que a educação é decisiva na formação da sociedade e que colabora com estratégias nas políticas de desenvolvimento e no processo de luta pela redução das desigualdades sociais, busca trilhar um caminho na busca de um ensino que favoreça a formação integral, garantindo uma educação profissional como possibilidade de reinserção social do adolescente em conflito com a lei com a aquisição de conhecimentos que permitam a ele assegurar um futuro melhor quando recuperar a liberdade.

## 6 Considerações finais

A realização dessa pesquisa foi uma experiência enriquecedora e um grande desafio, pois este público é conhecido, na maioria das vezes, apenas pelas lentes da mídia ou pela visão estereotipada que a sociedade constrói desses adolescentes.

O estudo trouxe ainda a possibilidade de se lançar novos olhares no contexto da Educação Profissional com adolescentes autores de atos infracionais e significou, ainda,

pensar em alternativas que podem ajudar esses adolescentes na construção de novas perspectivas de vida a partir da ampliação de sua formação escolar e profissional. Especificamente, no IFAP, esse atendimento foi institucionalizado a partir da inclusão desse público no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018.

Apesar das ocorrências como desistência, desinteresse, falta de motivação ou principalmente as constantes fugas que aconteceram na Unidade de Internação, as expectativas dos adolescentes foram atendidas e o curso ocorreu da forma planejada, possibilitando o início de um trabalho voltado para a formação profissional desses adolescentes.

O curso proporcionou formação técnica quando contribuiu no desenvolvimento escolar dos socioeducandos, despertando no aluno o interesse para diversos temas relacionados à organização do espaço para a construção da horta, preservação do solo, reaproveitamento de resíduos orgânicos, efeitos negativos no uso de agrotóxicos, processos de execução e manutenção da horta, princípios de horticultura orgânica, compostagem, formas de produção dos alimentos e estímulo à mudança de hábitos alimentares.

Além disso, ou talvez o mais importante, no contexto onde se encontram os adolescentes privados de liberdade, o curso possibilitou o início de um espaço de diálogo e construção de conhecimentos, garantindo a formação técnica e cidadã, bem como o atendimento aos seus direitos, dentre esses eles, a educação e profissionalização (VOLPI, 2011).

O IFAP, através do PRONATEC, deve estar atento à organização, estrutura, funcionamento e metodologia que garantam uma educação social como práxis transformadora e crítica a partir dos cursos desenvolvidos no âmbito das medidas socioeducativas, possibilitando a formação de cidadãos capazes de compreender e transformar o meio em que vivem.

O resultado dessa pesquisa possibilitou ainda, uma avaliação do curso Horticultor Orgânico com relação à organização didático-pedagógica, perfil do corpo docente, instalações físicas, entre outros, e, além disso, orientará a execução dos próximos cursos que deverão acontecer no Centro de Internação.

Reconhecemos, no entanto, que não esgotamos o objeto de estudo e que apenas iniciamos a discussão sobre a relação da Educação Profissional e o Adolescente em Conflito com a Lei, deixando um caminho para o diálogo entre as duas instituições, a que executa a Medida Socioeducativa de Internação, no caso a FCRIA e a que realiza esse atendimento profissionalizante, o IFAP.

## 7 Referências

- AMAPÁ. Instituto Federal do Amapá-IFAP. PDI. Plano de Desenvolvimento Institucional. 2012. Disponível em: < <http://www.ifap.edu.br>>. Acesso em: 10 jun. 2012.
- BENEVIDES, M. V. de M. A cidadania ativa: Referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Ática, 2003.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos-Departamento da Criança e do Adolescente.



te. Brasília, 2002. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 17 out. 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 99.710, de 21 de nov. de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: < <http://portal.mte.gov.br/>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB Nº 04/99. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. 1999. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/pdf> >. Acesso em: 25 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Sistema de Atendimento Socioeducativo – SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília – DF: CONANDA, 2006. 100p.

\_\_\_\_\_. MEC. PRONATEC. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Lei nº 12.513 de 26/10/2011. Institui o PRONATEC. Disponível em: <[http://pronatecportal.mec.gov.br/arquivos/lei\\_12513.pdf](http://pronatecportal.mec.gov.br/arquivos/lei_12513.pdf) >. Acesso em: 05 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. República Federativa do Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 15 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude. Brasília: TEM,SE,2011. Disponível em: < <http://planalto.gov.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei 12.594/12. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm) >. Acesso em: 02 mar. 2014.

DEMO, P. Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida. Campinas: Autores Associados, v.1,1995.

FERNANDÉZ, A. O saber em jogo: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento. Porto Alegre, Editora Artmed, 2001.

GARCIA, S. R.O. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. Congresso de Pesquisa em Educação. Caxambu, 2001. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0904t.PDF>. Acesso em 27 set. 2013.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas, Vol.35, 57-63.1995. Disponível em: <[http://www.rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590\\_S0034-75901995000200008.pdf](http://www.rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901995000200008.pdf)>. Acesso em 31 de maio de 2014.

GOMES, L. C. G. Cem anos de ensino profissional técnico em Campos dos Goytacazes: a escola de Aprendizes Artífices. In: FRIGOTTO, G. (Org.). Educação profissio-

nal e Tecnológica: memórias, contradições e desafios. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia Editora, 2006. p. 25-62.

LIBERATI, W. O Estatuto da Criança e do Adolescente – Comentários. Brasília: IBPS, 1991.

MANFREDI, S. M. Educação profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO M. C. S. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 11<sup>a</sup> ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, 1989. Disponível em : < [www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf)>. Acesso em: 02 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça de Menores, 1985. Disponível em: <[www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c\\_a/lex47.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex47.htm)>. Acesso em: 02 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade, 1980. Disponível em : <[www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c\\_a/lex46.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex46.htm)>. Acesso em: 02 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil, 1990. Disponível em: <[www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c\\_a/lex45.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex45.htm)>. Acesso em: 02 mar. 2014.

OLIVEIRA, J. G. A concepção socioeducativa em questão: entre o marco legal e limites estruturais à concretização de direitos dos adolescentes. Dissertação de mestrado em Política Social – Universidade de Brasília, Brasília 2010.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VOLPI. M. O Adolescente e o Ato Infracional. 9<sup>a</sup> edição. São Paulo: Cortez, 2011.

*Artigo recebido em 13 de abril de 2014.*

*Aprovado em 30 de outubro de 2014.*